POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

TUCANO Após reunião com Centrão, Alckmin volta a atacar Bolsonaro

www.atarde.com.br/politica

BALANÇO Foram 144 pessoas denunciadas; quatro das denúncias ocorreram no âmbito da Lava Jato

Um ano à frente da PGR, Raquel Dodge apresentou 46 denúncias

ERICK TEDESCO
A TARDE SP

Raquel Dodge completou, ontem, um ano à frente da Procuradoria Geral da República (PGR) e, no balanço do primeiro ano do mandato, apresentou um relatório com números sobre a produtividade do órgão.

Dentre os "números e ideias", como pontuou a procuradora, foram apresentadas 46 denúncias que atingiram 144 pessoas, quatro delas no âmbito da Operação Lava Jato, pela prática de corrupção, lavagem de dinheiro, organização criminosa, entre outros crimes.

Ela falou na tarde de ontem por cerca de 50 minutos frente aos jornalistas em um discurso que misturou autocrítica e prestação de contas da PGR. O relatório apresentado pela procuradora, com 180 páginas, contém 15 indicadores, cujos dados foram coletados até 10 de setembro. Ainda referente às denúncias apresentadas neste período, por foro privilegiado, revelou que 32 foram encaminhadas ao Supremo Tribuna Federal (STF) e 14 ao Superior Tribunal da Justiça (STJ).

Ao todo, relatou, a PGR encaminhou 19.062 manifestações judiciais e extrajudiciais ao STF, STJ e também ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), montante que representa a produtividade da instituição no período. Também divulgou a quantidade de pedidos de arquivamento no STF e STJ: 146.

Wilson Dias / Ag. Brasil / 26.9.2017

Raquel fez balanço e apresentou relatório com números sobre produtividade

Procuradora geral falou na tarde de ontem por cerca de 50 minutos frente aos jornalistas

Segundo ela, os arquivamentos foram solicitados por entender que se tratavam de inquéritos com "provas que não amparavam qualquer tipo de amputação", ou após análise de casos "bem fundamentados".

"A justiça tarda e falha porque as pessoas não sentem o efeito da pressão e por isso que a celeridade é importante", ressaltou, ao levar a coletiva do balanço de um ano para um campo mais politizado e defender a "independência institucional" da Procuradoria. Em seguida, mencionou o necessário acompanhamento da emenda constitucional do teto de gastos pelo Ministério Público Federal. "O zelo do valor dos contratos", comentou. Também criticou as ameaças que integrantes dos MPs por todo o Brasil receberam nos últimos anos.

No período, a PGR também solicitou a abertura de 85 inquéritos para apurar crimes envolvendo autoridades com prerrogativa de foro. Para subsidiar as investigações, foram requeridas 112 medidas cautelares aos tribunais superiores, que envolvem quebras de sigilo, busca e apreensão, mais prisões.

Quando questionada sobre números de acordos de delação premiada desde setembro do ano passado, no entanto, preferiu não divulgar números, assim como foi cautelosa ao falar de uma suposta redução na quantidade de delações firmadas pelo MPF neste período. "

"Colaborações continuaram sendo feitas e as que estavam em curso estão tendo cláusulas efetivadas. Alguns acordos foram firmados e não homologados estão sofrendo ajustes solicitados pelo STF", disse.

SUPREMO

Por 4 a 0, 2ª Turma do STF absolve Renan de peculato

RAFAEL MORAES MOURA
Estadão Conteúdo, Brasília

Por 4 a 0, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, absolver o senador Renan Calheiros (MDB-AL) das acusações de peculato (desvio de recursos públicos).

Renan era réu no STF sob a acusação de desviar recursos públicos de verba indenizatória do Senado por meio da contratação de uma empresa locadora de veículos em 2005. O parlamentar ainda responde a outros 14 processos.

Prevaleceu o entendimento do relator, ministro Edson Fachin, de que não foram colhidas "provas suficientes" para corroborar as acusações.

No processo – que tramita no STF desde 2007 – Calheiros era suspeito inicialmente de receber propina da construtora Mendes Júnior, que pagaria as despesas pessoais da jornalista Mônica Veloso, com quem mantinha relacionamento extraconjugal.

Com o desdobramento das investigações, surgiram indícios de que parte da verba indenizatória do Senado estaria sendo desviada pelo senador uma das hipóteses levantadas era a de que o desvio teria como finalidade o pagamento da pensão.

INVESTIGAÇÃO

Filho de Aroldo Cedraz, do TCU, é alvo de mandado

MARCO ANTÔNIO JR.
A TARDE SP

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, a quarta fase da Operação Registro Espúrio, que investiga desvios de recursos da Conta Especial Emprego e Salário (Cees) e foi autorizada pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF).

As autoridades já conseguiram descobrir que a intervenção de partidos políticos em sindicatos tem sido fonte de recursos para desvios de dinheiro e caixa dois para campanhas políticas.

Na manhã de ontem, a PF cumpriu 16 mandados de busca e apreensão e outros nove mandados de prisão em Brasília (DF), Goiânia e Anápolis (GO), São Paulo (SP) e Londrina (PR). O advogado Tiago Cedraz, filho do ministro Aroldo Cedraz, do Tribunal de Contas da União (TCU), foi alvo de mandado de busca e apreensão e o sócio dele, Bruno Galiano, teve prisão preventiva decretada.

Marcelo de Lima Cavalcanti, chefe de gabinete do deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força (SD-SP), também foi preso. O grupo tem vínculos com o Solidariedade, partido do deputado federal, que não se pronunciou.

Outro lado

O escritório Cedraz Advogados divulgou uma nota onde repudiou o que chama de "abusos cometidos", referindo-se à prisão de Galiano. "Não existe qualquer imputação de conduta ilícita ao advogado Bruno Galiano, nenhuma oferta de vantagem nem valores, o qual apenas realizava a atuação profissional com a garra e o empenho que lhe são característicos. O depoimento do sr. Renato Araújo deixa claro que sequer conhece o advogado Tiago Cedraz. As reuniões sobre o assunto defendido pelo escritório se deram com a transparência e formalidade necessárias sempre na presença do MPT, AGU, Caixa e MTB", diz o documento.

Paulinho da Força, que é candidato à reeleição para deputado federal, não se pronunciou até o fechamento desta edição.

Fátima Meira / Futura Press-Estadão Conteúdo

Operação foi deflagrada ontem pela Polícia Federal

SUPREMO

Inquérito que investiga Temer é prorrogado

RAFAEL MORAES MOURA
Estadão Conteúdo, Brasília

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, decidiu ontem prorrogar por 15 dias as apurações do inquérito dos Portos, que investiga o presidente Temer. A prorrogação foi solicitada pela Polícia Federal.

"Defiro o prorrogamento do prazo das investigações por 15 (quinze) dias, a contar da data em que formulado o pedido. Expirado o prazo, deverá a autoridade policial apresentar relatório conclusivo", determinou Barroso.

O inquérito apura se empresas que atuam no Porto de Santos, como a Rodrimar e o Grupo Libra, foram beneficiadas por medidas que atingiram o setor portuário.

Inicialmente, as investigações miravam, além de Temer, Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR), ex-assessor do presidente e ex-deputado federal, Antônio Celso Grecco e Ricardo Conrado Mesquita, respectivamente, dono e diretor da Rodrimar.

Ao longo da apuração, entraram também na mira o amigo do presidente, João Baptista Lima Filho, o coronel Lima, e executivos do Grupo Libra. Todos negam envolvimento em irregularidades.

Quando a PF pediu mais 15 dias para as apurações, a Rodrimar informou que "que a própria PF já concluiu em relatório de março, enviado ao STF, que (a empresa) não foi beneficiada pelo decreto dos portos". O Grupo Libra não havia se manifestado até a publicação deste texto.

LEILÃO DE 16 IMÓVEIS – Online
Data do Leilão: 4ª feira, 26/09/2018 a partir das 14h00
Bradesco Pra frente. ZUKERMAN LEILÕES
IMÓVEIS EM ALAGOAS • BAHIA • CEARÁ • GOIÁS • MARANHÃO • MINAS GERAIS • MATO GROSSO DO SUL • PARÁ • RIO DE JANEIRO
À VISTA 10% DE DESCONTO • ÁREAS RURAIS • CASAS • IMÓVEIS COMERCIAIS • TERRENOS
LOTE 16 - TERRENO SANTA MARIA VITÓRIA/BA CENTRO
Rua Coronel Antônio Barbosa, s/nº (antiga Rua Wilson Santos Barros). Terreno c/ 312,50m². Matr. 13.880 do RI local.
Lance mínimo: R$ 129.000,00
Mínimo à vista: R$ 116.100,00
Comissão do leiloeiro: o arrematante pagará ao leiloeiro 5% sobre o valor da arrematação. O edital completo (descrição dos imóveis, condições de venda e pagamento) encontra-se registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da capital nº 5.352.618 em 05/09/2018 e 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Osasco nº 335.751 em 11/09/2018. Leiloeiro Oficial: Fabio Zukerman - Jucesp 719.
MAIS INFORMAÇÕES: (11) 2388-8283
BANCO.BRADESCO/LEILOES | www.ZUKERMAN.com.br

PEDIDO DE LICENÇA DE PRÉVIA

Jean Louis Loeb, inscrito no CPF 091.535.238-90 torna público que está requerendo a Secretaria do Turismo e Meio Ambiente de Entre Rios-SECTUR, a Licença Ambiental Prévia, para Loteamento Altos do Miramar, localizado em Loteamento Miramar, S/N – Vila de Subaúma - Entre Rios – Bahia - Brasil.

Jean Louis Loeb
Proprietário

ESTADO DA BAHIA
COMARCA DE IRECÊ BAHIA
CARTÓRIO DO REGISTRO DO 1º OFÍCIO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
IRECÊ - ESTADO DA BAHIA.

EDITAL

EDILTON ALMEIDA DE MOURA, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas do 1º Ofício desta Comarca de Irecê —BA., na forma da Lei, etc., FAZ PÚBLICO, para ciência dos interessados e em cumprimento ao Art. 19 da Lei Federal 6.766 de 19/12/1979, que pela Empresa — MZ INCORPORADORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ Nº 29.050.056/0001-32, com sede à Rua Alcir Dourado Moitinho, Nº 45 Centro, nesta cidade de Irecê Bahia, neste ato representada por seu sócio o Sr. ZEIQUE DOS SANTOS CAMARGO, brasileiro, casado empresário, portador da C.I. RG Nº 21.871.232-43 SSP/BA., e CPF. Nº 001.503.911-02, residente e domiciliado à Rua Alcir Dourado Moitinho Nº 45 — centro nesta cidade de Irecê — Bahia. FOI DEPOSITADO neste Cartório, os documentos necessários e exigidos pelo Art. 18 da Lei. 6.766 de 19/12/1979, para o registro do Loteamento com a denominação de LOTEAMENTO PARK DAS ARVORES, situado à margem da Rodovia BA-052, no perímetro urbano desta cidade de Irecê Bahia, com uma área total de 388.663,90 m2, sendo: Área de Sistema Viário — 63.935,39 m2; Área destinada a Praças e Equipamentos Públicos 45.794,59 m2; Área Loteada — 278.933,92 m2, com 1.274 Lotes, distribuídos em 55 Quadras, em terreno registrado sob Nº 1/20.025, Livro 2-HS, Fls. 078, em 26/07/2018. O referido Loteamento foi aprovado pela Prefeitura Municipal desta cidade, em 12/09/2018, conforme Decreto Municipal nº 362/2018. As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados, quanto ao domínio do referido imóvel, deverão ser apresentadas dentro do prazo de 15 dias, contados da última publicação do total de 03 (três). Findo o prazo e não havendo reclamações, será feito o registro, ficando os documentos à disposição dos interessados, neste Cartório, nas horas regulamentares.

Irecê – Ba., 13 de setembro de 2018.
Edilton Almeida de Moura
Oficial Delegatário

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
PREGÃO PRESENCIAL 48/18. PA 183/18. Edital 62/18. Menor Preço Global. Objeto: confecção de fardamentos. Dia 04/10/18 as 8:15h. Informações: e-mail: licitacao@uaua.ba.gov.br e tel. 74)3673107 ou na CPL, Pç. Belarmino José Rodrigues, s.n, de 8 às 14h. Uauá/Ba, 19 de setembro de 2018. Max Denys Alves da Silva, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ
Fica retificada a data de reabertura, como também, a exclusão do texto - Providenciar, por sua conta, todos os registros e licenças, exigidos por leis ou atos dos órgãos federais, nas páginas do Edital: 11 (subitem 17.1, alínea "e"), 16 (subitem 8.1.5), 21 (subitem 3.2.6), e 25 (subitem 7.6). Ficam mantidas as demais disposições editalícias referente ao PP SRP 81/18, PA 216/18 - Objeto: aquisição de motocicleta 0 km. Reabertura anterior: 27/09/18 as 9h. Reabertura atual: 04/10/18 as 9h. /////// PREGÃO PRESENCIAL SRP 82/18. PA 222/18. Objeto: aquisição de material de consumo e material permanente odontológico. Reabertura: 03/10/18 as 9h. Edital: www.conceicaodocoite.ba.gov.br ou na CPL, Rua Theognes Antonio Calixto, s/n, tel. 75326213328, de 8 às 12h. Conceição do Coité/Ba, 17 de setembro de 2018. Iraide Cabral Calixto. Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECÊ
PREGÃO PRESENCIAL 51/18. Menor Preço Global. Objeto: Prestação dos serviços de conservação, manutenção de prédios públicos, serviços gerais, pequenos reparos, preparação de alimentos, condução e manutenção de veículos, serviços elétricos e hidráulicos e serviços de monitoramento patrimonial. Dia 02/10/18 as 9h. /// PREGÃO PRESENCIAL SRP 52/18. Objeto: aquisições de materiais de limpeza, higiene pessoal, embalagens e utensílios. Menor Preço por Lote. Dia 03/10/18 as 9h. //// PREGÃO PRESENCIAL SRP 53/18. Objeto: aquisições de equipamentos de lavanderia e grupo gerador. Menor Preço por Lote. Dia 03/10/18 as 10h. /// PREGÃO PRESENCIAL SRP 54/18. Objeto: aquisições de equipamentos e suprimentos de informática. Menor Preço por Lote. Dia 04/10/18 as 9h. Informações: de 8 as 12h, na CPL. Irecê/Ba, 19 de setembro de 2018. Joazino A. Machado. Pregoeiro.

REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS
REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Mirela Ramos Rios, Escrevente Autorizada do Registro de Imóveis, Títulos e Documentos da Comarca de Eunápolis, Estado da Bahia, na forma da lei, etc. Em cumprimento ao disposto no artigo 26, da Lei nº. 9.514/97, vem intimar o (a) Srt(a). MARIA CLERIA MEIRA DOS SANTOS, CPF nº 912.308.376-04, por não ter sido encontrada no endereço fornecido, para fins de cumprimento das obrigações contratuais, relativas ao contrato de financiamento imobiliário nº. 0586/106, 0548/100, 0577/272, 0581/228, 0543/436, garantido por alienação fiduciária, firmado em 02/10/2015, com o BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, referente ao imóvel situado na Alameda JK, 311, Bairro Antares, EUNAPOLIS/BA, registrado sob matrícula nº 21.977. Assim, procedo à intimação a V.Sª, para que se dirija a qualquer Agência do BANCO BRADESCO, no prazo improrrogável de 15 dias, contados a partir da data de publicação do presente edital, ficando, Vossa Senhoria, cientificado que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito da consolidação da propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária. Dado e passado nesta cidade e comarca de Eunápolis, Estado da Bahia, aos 12 de setembro de 2018. Escrevente: Mirela Ramos Rios.